



PREFEITURA DE

**CAMPOS**

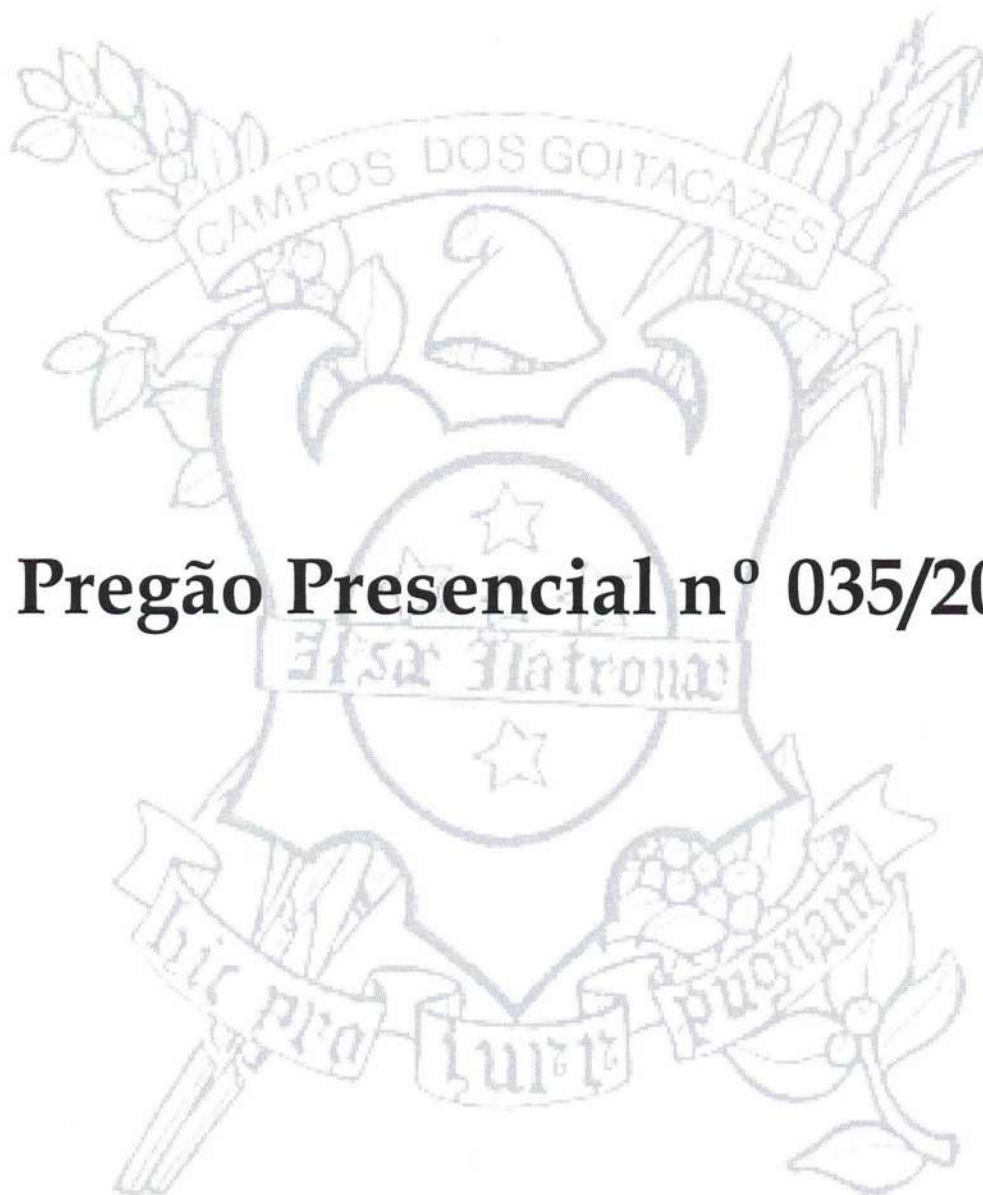
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOITACAZES  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente  
Pregão Presencial nº 035/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 09
Processo Nº	Rubrica: Ruy

Processo nº 2022.035.000407-6-PR  
Data: 20/12/2022

# Pregão Presencial nº 035/2022





Processo nº 2022.035.000407-6-PR	70
Data: 20/12/2022	

**Processo nº 2022.035.000407-6-PR****1- PREÂMBULO**

- 1.1-** Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47 - Pq. Santo Amaro, telefone nº (22) 98175-2073**, será realizada a licitação na modalidade Pregão Presencial, **EXCLUSIVO PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVA EQUIPARADA**, cujo Edital recebeu o nº 035/2022 para a contratação do objeto abaixo descrito.
- 1.2-** A licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Decreto Municipal nº 65, de 16 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e as cláusulas e condições constantes deste Edital.
- 1.3.** Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **14h (quatorze horas) do dia 30 de janeiro de 2023**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.
- 1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:**
- 1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I**
- 1.4.2- Minuta de Contrato - Anexo II**
- 1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III**
- 1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV**
- 1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V**
- 1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI**
- 1.4.7- Termo de Referência - Anexo VII**
- 1.5-** As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar, se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.



## 2- DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente licitação é a **aquisição de monitores de vídeo para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente**, conforme descrito nos Anexos I e VII deste Edital.

## 3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.1.1 - A participação neste Pregão é exclusiva para **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVAS EQUIPARADAS**, conforme instituído pelo art. 48, I da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Art. 55 da Lei Municipal nº 8.768/17.

3.1.2 - Entende-se por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptas a participar do presente certame aquelas definidas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no §4º deste mesmo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

3.1.3 - Entende-se por Microempreendedor Individual - MEI apto a participar do presente certame aquele definido no Art. 18A da Lei Complementar nº 123/06 e regulamentado na Lei Complementar nº 128/08, sendo este modalidade de Microempresa.

3.1.4 - Equiparam-se as ME e EPP as Sociedades Cooperativas de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

3.1.5 - Deverão apresentar a Declaração de Enquadramento de ME ou EPP - Anexo VI - o licitante, para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, declarando ser Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Sociedade Cooperativa de Consumo nos termos da legislação vigente.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.





3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

3.5 - Não será admitida a participação de Licitantes que não apresentarem a Declaração de Enquadramento de ME ou EPP - Anexo VI.

#### 4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Quando MEI - Microempreendedor Individual, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível no [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

4.1.3- Quando o licitante for Cooperativa Equiparada deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

4.1.4- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento este a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.





4.1.5- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação. Em hipótese nenhuma será admitida a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação (esta com firma reconhecida), em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

## 5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.





**5.3 – Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 42 a 48 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.**

## **6- DA PROPOSTA**

**6.1-** O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;
- c) Na hipótese de não constar na referida proposta a indicação de marca e/ou modelo do objeto cotado pela licitante, o pregoeiro solicitará que o representante da empresa declare qual é a marca e/ou modelo, para fins de registro na ata da sessão, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação pelo pregoeiro. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

**6.1.1-** Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**6.2-** Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, **PREFERENCIALMENTE**, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

**6.2.1 –** Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

**6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.**

**6.4-** Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal







**declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.**

**6.5-** Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

**6.6-** O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

**6.7 - A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR DENTRO DO ENVELOPE DE PROPOSTA OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO SUBITEM 9.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO VII), SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DE SUA PROPOSTA.**

## **7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO**

**7.1 -** No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **"PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO"**.

**7.2-** Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

**7.2.1-** No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

**7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, com firma reconhecida, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação**

[assinatura]





Comissão Permanente de Licitação	Processo nº
Rubrica:	
Processo nº 2022.035.000407-6-PR	

Data: 20/12/2022

**de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.**

**7.4-** Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

**7.5-** Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**7.6-** No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

**7.7-** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**7.8-** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

**7.9-** É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

**7.10-** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

**7.11-** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

**7.11.1-** Quando houver somente um preço válido proposto, o pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

**7.11.2-** Quando houver dois preços válidos propostos, o pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

**7.11.3-** Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os





Comissão Permanente de Licitação	Fls. 77
Rubrica: <i>[assinatura]</i>	

preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

**7.11.4-** Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

**7.12-** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**7.13-** Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

**7.14-** O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

**7.15-** Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1.**

**7.16-** Sendo aceitável o preço ofertado, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

**7.17-** Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

**7.18-** No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta **ou** de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

**7.18.1-** Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

**7.18.2-** Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

**7.19-** Ocorrendo a hipótese do **subitem 7.18**, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.



Comissão Permanente de Licitação	Fis. 48
Processo Nº	Rubrica: Ruf.

Processo nº 2022.035.000407-6-PR  
Data: 20/12/2022

**7.20-** Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo pregoeiro.

**7.21-** O pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

**7.22-** Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes a final do Pregão.

## 8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

### 8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

**8.1.1-** Registro Comercial, no caso de empresa individual;

**8.1.2-** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**8.1.2.1-** Quando MEI - Microempreendedor Individual, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

**8.1.2.2-** Quando o licitante for Cooperativa Equiparada deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações



posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

**8.1.3-** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**8.1.4-** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**8.1.5-** Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

## **8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA**

**8.2.1-** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**8.2.2-** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

**8.2.3-** Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

**8.2.4-** Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, (Certidão Negativa de Débitos - CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

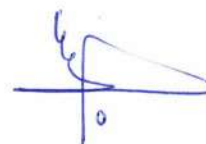
**8.2.5-** Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**8.2.6-** Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

**8.2.7-** Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

**8.2.8-** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao);

**8.2.9-** Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.





Comissão Permanente de Licitação	Fls. 80
Processo Nº	Rubrica: <i>Py</i>
Processo nº 2022.035.000407-6-PR	
Data: 20/12/2022	

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

**8.2.10-** Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

**8.2.11-** Quando o crédito tributário encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa, segundo disposto no art. 206 do Código Tributário Nacional.

**8.2.12-** Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

**8.2.13 -** As **microempresas e empresas de pequeno** porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**8.2.13.1 -** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

**8.2.13.2 -** A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.18**.

### **8.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA**

**8.3.1-** Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final do(s) item(s) efetivamente vencido(s) pela empresa.

**8.3.1.1-** Caso a comprovação seja realizada através do patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial exigível na forma da lei.



**8.3.1.2-** Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os itens vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro oportunizará ao representante da empresa que informe em que item(ns) pretende figurar como detentor do registro.

**8.3.1.3-** Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro identificará o(s) item(ns) remanescente(s); encaminhará o(s) mesmo(s) ao(s) licitante(s) classificado(s) em 2º lugar (em cada item, conforme o caso), devendo, sempre que possível, negociar diretamente com o respectivo(s) licitante(s) para que seja obtido preço melhor; e decidirá sobre a sua aceitação da oferta.

**8.3.1.4-** Fica estipulado que, ocorrendo o disposto no subitem 8.3.1.1 e estando a empresa sem representação (independente do motivo), caberá o pregoeiro definir os itens que serão registrados em favor da empresa, devendo ser dada preferência a ordem crescente da planilha de preços (Anexo I).

**8.3.2-** Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

**8.3.2.1-** Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.3.

**8.3.2.2-** Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.2 e 8.3.3, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

**8.3.3-** A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

**8.3.3.1-** Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.2 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.



## 8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**8.4.1** - Atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, este último com firma reconhecida, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória, materiais semelhantes ao objeto deste edital. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou o(s) serviço(s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

## 8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

**8.5.1-** Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da PMCG, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

**8.5.1.1-** Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

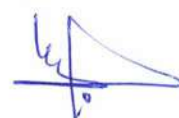
**8.5.2** - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato, Estatuto Social ou documento equivalente, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do subitem 8.1 na fase de habilitação.

## 8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

**8.6.1-** Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo o pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão, conforme o caso, sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese alguma.

## 9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

**9.1-** Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.







Comissão Permanente de Licitação	Fls. 83
Rubrica:	Sup.

Processo nº 2022.035.000407-6-PR  
Data: 20/12/2022

**9.1.2-** O prazo para apresentação de recursos começará a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13.1 deste Edital.

**9.2-** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

## **10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1-** A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

**10.2-** A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

**10.3-** O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

**10.4-** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

**10.5-** Em caso de atraso no fornecimento, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

**10.6-** Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

## **11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**11.1-** A despesa correrá pelo código 18.452.0095.2054.0000, relativo ao Programa de Trabalho e pela Natureza de Despesas 4.4.90.52.

## **12- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

## 12.1 - PRAZO DE ENTREGA

**12.1.1-** O prazo para entrega do objeto será de no máximo 30 (trinta) dias, conforme item 6.0 do Termo de Referência (Anexo VII), elaborado pela **Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente**.

**12.1.2-** O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da **Ordem de fornecimento** a ser emitida pela **Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente**.

**12.1.3-** Em se tratando de compras, o objeto será recebido:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

## 12.2- LOCAL DE ENTREGA

**12.2.1-** O licitante vencedor desta licitação terá que entregar o que lhe for adjudicado, conforme item 4.0 do Termo de Referência (Anexo VII), elaborado pela **Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente**.

## 12.3- FORMA DE FORNECIMENTO

**12.3.1-** O objeto desta licitação, se contratado, será fornecido de forma integral.

## 13- DA CONTRATAÇÃO

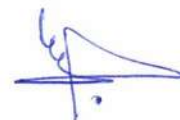
**13.1 -** O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação da **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** para a sua formalização, devendo a empresa estar portando os certificados de regularidade perante o FGTS, INSS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, ou certidão positiva com efeito negativo.

## 14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

**14.1 -** Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

**14.1.1 -** As impugnações, solicitação de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser **encaminhadas por e-mail para o seguinte endereço [pregao@campos.rj.gov.br](mailto:pregao@campos.rj.gov.br)**;

**14.1.2-** Os recursos administrativos também poderão ser encaminhados através do e-mail supracitado.







## 15- DO VALOR

15.1- O valor total estimado pela **Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente**, para esta licitação, é de **R\$ 105.360,00 (cento e cinco mil, trezentos e sessenta reais)**.

## 16- DO PAGAMENTO

16.1- Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a **Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente** pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após o fornecimento.

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo.

16.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância à respectiva Nota de Empenho.

16.4 - O pagamento será efetuado pela **Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente** à **CONTRATADA**, até 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes.

16.5 - O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da **Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

16.6 - O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido a Ilustríssima Senhora Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

16.7- Caso a **Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

**16.8 -** Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

**16.8.1 -** O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;

**16.9 -** Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

## **17- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1-** Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

**17.2-** É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**17.3-** O pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

**17.4-** Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

**17.5-** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

**17.6-** O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

**17.7-** Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 20 de dezembro de 2022.

  
Cláudio Francisco Correa Valadares

- Secretário Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente -

**Mariel Lima de Oliveira**  
Subsecretário de Planejamento  
Urbano e Projeto - Matr. 40408





## Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (conforme especificações do item 9 do Termo de Referência)	QUANT	UNID	MARCA	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMO (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMO (R\$)
01 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Monitor de vídeo com tecnologia de tela de LED wide, tamanho de 21 polegadas ou superior, mínimo de 1 conexão HDMI, resolução nativa de 1920x1080 dpi	50	UNID.			
02 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Monitor de vídeo Full HD com as seguintes características: Tela mínima de 27 polegadas; Entradas com conexões HDMI / VGA ou Display Port; resolução de tela suportada de 1920x1080 e 75Hz ou superior	20	UNID.			

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 035/2022, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a aquisição.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº 035/2022, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, inclusive das especificações e exigências que constam no subitem 9.0 do Termo de Referência (anexo VII), elaborado pela **Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente**.

**Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.**

Campos dos Goytacazes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante  
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo

## Anexo II – Minuta de Contrato

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2022.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
SECRETARIA MUNICIPAL DE  
PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E  
MEIO AMBIENTE E A EMPRESA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE, com sede na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes/RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Senhor Secretário, \_\_\_\_\_, e a empresa \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_ neste ato representada pelo seu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, em decorrência do resultado da licitação nº **035/2022, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 65, de 16 de fevereiro de 2005, de acordo com o processo nº **2022.035.000407-6-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O objeto do presente é a **aquisição de monitores de vídeo para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente**, conforme descrito nos Anexos I e VII do edital.

### CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;







Comissão Permanente de Licitação	Fls. 89
Processo Nº 2022.035.000407-6-PR	Rubrica: Rui

Processo nº 2022.035.000407-6-PR  
Data: 20/12/2022

- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº **2022.035.000407-6-PR** e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº **035/2022**.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:**

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo fornecimento;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.

- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

#### CLÁUSULA QUARTA DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ \_\_\_\_\_, já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após entrega do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

#### CLÁUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ \_\_\_\_\_, correrá por conta da Dotação Orçamentária existente nos Programas de Trabalho P.T. \_\_\_\_\_ e pela Natureza de Despesa \_\_\_\_\_, com cobertura através da Nota Empenho nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa







graduável conforme a gravidade da inflação, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

### **CLÁUSULA NONA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei nº 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO**

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Ficarà o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou previa comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;

k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS ALTERAÇÕES**

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO PRAZO DE ENTREGA**

O prazo total para entrega do objeto deste contrato é de no máximo 30 (trinta) dias, de forma integral, de acordo com o item 6.0 do Termo de Referência (Anexo VII do edital da licitação).

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da ordem formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA FORMA DE FORNECIMENTO**

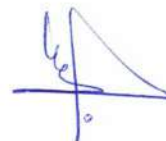
O objeto deste contrato será fornecido de forma integral, nos termos do Termo de Referência (Anexo VII do edital).

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA PUBLICIDADE**

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO**

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 035/2022, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA**, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº 2022.035.000407-6-PR.







PREFEITURA DE  
**CAMPOS**  
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente  
Pregão Presencial nº 035/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 93
Processo Nº	Rubrica: Puy.
Meio Ambiente	

Processo nº 2022.035.000407-6-PR  
Data: 20/12/2022

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Contratante: \_\_\_\_\_  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE

Contratada: \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## Anexo III - Carta de Credenciamento (Modelo)

### CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a) ..... portador (a) da Cédula de Identidade nº ..... e CPF sob o nº ..... a participar da Licitação instaurada pela *SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E MEIO AMBIENTE*, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 035/2022**, suprarreferenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa ..... bem como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes, ..... de ..... de 2022.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa com firma reconhecida e  
carimbo da licitante

*[assinatura]*



## Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas (Modelo)

### DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial nº 035/2022

.....

(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de  
seu representante legal o (a) Sr (a).....  
portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº  
....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27  
da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de  
1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou  
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Em .....de.....de 2022.

\_\_\_\_\_  
**Representante legal da empresa e  
carimbo da licitante**

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).





PREFEITURA DE  
**CAMPOS**  
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente  
Pregão Presencial nº 035/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fis. 96
	Rubrica: Ruy

Processo nº 2022.035.000407-6-PR  
Data: 20/12/2022

## Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação (Modelo)

### DECLARAÇÃO

.....,  
(nome da empresa)  
CNPJ ou CIC nº ....., declara, sob as penas da Lei e em  
cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre  
plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO  
PRESENCIAL N° 035/2022.**

Campos dos Goytacazes, ..... de ..... de 2022.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa e  
carimbo da licitante





## Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo)

### DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial nº 035/2022

.....(razão social do licitante) com  
endereço na .....

inscrita no CNPJ/MF sob o número ..... vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar**, sendo considerada:

- ( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;
- ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- ( ) Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

Em ..... de ..... de 2022.

Representante legal da empresa e  
carimbo da licitante



PREFEITURA DE

**CAMPUS**

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente  
Pregão Presencial nº 035/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fis..
Processo Nº	Rubrica:

Processo nº 2022.035.000407-6-PR  
Data: 20/12/2022

## Anexo VII – Termo de Referência





PREFEITURA DE  
**CAMPOS**  
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade  
e Meio Ambiente

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 99
Processo nº	Rubrica: 19



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1.0 – OBJETIVO

Em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 79 de 25/10/2017 e nº 342106, Lei nº 10.520 de 17/10/2002 e nº 8768/17, com intuito de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente, foi elaborado o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente seja realizado Pregão Presencial, com base na Lei No 10.520, de 17 de julho de 2002, Art. 1º, sobre a aquisição de bens e serviços comuns, e subsidiada pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, para a aquisição de bens permanentes de informática, exclusivo para participação de microempreendedores individuais, ME, EPP e cooperativa equiparada.

Este Termo de referência, elaborado nos termos das disposições do artigo 7º, inciso I e artigo 6º, inciso IX da Lei Federal 8.666/93, tem por objeto a aquisição de monitores de vídeo para a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente através de Pregão Presencial.

### 2.0 – JUSTIFICATIVA

Levando em consideração que, nos dias atuais, vivemos em um mundo altamente conectado às redes, à internet e a um mundo digital, com necessidades de comunicações suportadas pelos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, acessos a sistemas, aplicativos, e-mails, produção de uma massa de dados, arquivos e informações exponencialmente, compartilhamento de recursos que, inclusive, possibilitam diminuição de custos, melhorias nos processos de trabalho, maior eficiência e eficácia nos resultados esperados, é extremamente urgente e importante a aquisição de monitores de vídeo para serem disponibilizados na complementação dos conjuntos computacionais para a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente, assim como implementá-los dentro das normas e padrões.

Após tentativas de adesões de atas frustradas, o que impactou drasticamente todo o planejamento de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente, faz-se necessária a aquisição de monitores de vídeo para complementação dos conjuntos computacionais, que serão integrados aos computadores (gabinete com demais itens de hardware) que foram adquiridos para a Secretaria e serão disponibilizados para substituir equipamentos obsoletos, inadequados e defeituosos, uma vez que, não há nenhum equipamento deste tipo disponível para o desenvolvimento da infraestrutura necessária.

A aquisição de monitores de computadores é vital e primordial para o desenvolvimento das atividades desta Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente, uma vez que a mesma dispõe de recursos computacionais aquém das necessidades, em quantitativo que não atende às requisições mínimas para o desenvolvimento de um bom trabalho e, com isso, uma adequada prestação de





serviços para a população e para os demais órgãos internos da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

Devido à crescente necessidade dos novos equipamentos e aplicações demandarem requisitos de sistemas e softwares atualizados requerentes recursos computacionais adequados e modernos para a utilização e desenvolvimento dos trabalhos da referida Secretaria, o presente estudo se apresenta em caráter urgente para que possa assegurar a infraestrutura necessária para a correta execução dos trabalhos e ações dos servidores e colaboradores desta Secretaria.

Ainda corrobora o fato de haver dentro da Secretaria de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente alguns setores internos que necessitam trabalhar com projetos que estão relacionados diretamente com o bem estar de toda a população, com utilização e necessidade de excelentes qualidades de visualização de imagens para o desenvolvimento de suas atividades. Outros setores que necessitam também de recursos computacionais para coordenar operações, serviços externos de atendimento à toda a população, além dos próprios trabalhos administrativos que necessitam ser executados diariamente no âmbito interno da Secretaria. Todos esses trabalhos precisam de equipamentos atualizados, com hardware e software adequados às aplicações que são executadas.

Trata-se de objetos cuja necessidade de contratação é frequente e seja em face de substituição pelo desgaste natural ou pela defasagem tecnológica, o acréscimo de novos equipamentos se faz necessário em razão do aumento da demanda que é crescente e das mudanças de atuação. Ademais, é de grande importância o uso de equipamentos confiáveis, de modo a minimizar riscos de paralisação ou de descontinuidade de atividades, mantendo constante a eficiência e a qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

Outro fator de necessidade é a adequação das demandas e condições necessárias para a reestruturação oriunda do decreto municipal nº 137/2021. Onde servidores e colaboradores se encontram sem equipamentos para exercerem suas funções corretamente.

Ademais, cabe ressaltar que, no momento, não há disponibilidade desses equipamentos para utilização, substituição de possíveis bens defeituosos, assim como não há peças de reposição para conserto dos que apresentaram e vieram a apresentar defeitos.

A opção pelo pregão presencial decorre de prerrogativa de escolha da Administração fixada pela Lei nº 10.520/2002 e não produzirá alteração no resultado final do certame. Além do que, a adoção do pregão em sua forma presencial fortalece o desenvolvimento do comércio local deste município. Há diversas vantagens da forma presencial do pregão sobre a eletrônica, dentre as quais: a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão presencial e facilidade na negociação de preços, verificação das condições de habilitação e execução da proposta. A opção pela modalidade presencial do pregão não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes. Considerando as disposições do art. 20 da Lei 8.666/1993, que dispõe que "As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado."







PREFEITURA DE  
**CAMPOS**  
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente

Comissão Permanente de Licitação  
Fis.: 101  
Rubrica: Euy



Vale salientar que o art. 1º, §3º da Lei 10.024/2019, traz a obrigatoriedade da adoção do pregão na forma eletrônica pelos entes federativos apenas nos casos de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias. Tratando-se de recursos próprios admite-se a adoção do pregão na forma presencial.

Ainda, a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão do pregão presencial, promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar o procedimento licitatório (prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993), verificação imediata das condições de habilitação e execução da proposta, manifestações recursais, proporcionando maior celeridade aos procedimentos, visto em regra, ocorrerem na própria sessão pública, sem prejuízo da competição de preços, também justificam a decisão da adoção do Pregão Presencial. Sendo assim, a escolha da modalidade Pregão Presencial é a que melhor se adequa à contratação do objeto do certame, pois a Administração Pública tem o poder discricionário para decidir sobre as modalidades licitatórias de acordo com sua necessidade e conveniência, desde que motivadas, como está disposto nos autos. Por fim, com a devida justificativa sobre o ponto de vista da celeridade, entretanto, sem prejudicar a escolha da proposta mais vantajosa, eis que presente a fase de lances verbais, o Pregão Presencial se configura como meio fundamental para aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública de forma mais célere e vantajosa em detrimento às outras formas elencadas na Lei 8.666/93.

### 3.0 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A modalidade de licitação, ora adotada para a aquisição descritas no presente Termo de Referência será a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93, vez que o mesmo se destina à aquisição de bens ou serviços comuns.

O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e do Decreto nº 3.555/2000, pois os padrões de qualidade podem ser objetivamente e facilmente definidos no Edital e seus anexos, por meio de especificações usuais praticadas no mercado e a seleção da proposta mais vantajosa poderá ser realizada, do mesmo modo, com base nos preços ofertados, desde que atenda de as exigências e especificações técnicas exigidas, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitem de avaliação técnica criteriosa.

### 4.0 - LOCAL PARA ENTREGA DO PRODUTO

A entrega dos itens deverá ser realizada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, localizado na Av. Osvaldo Cardoso de Melo, 1233 - Parque Leopoldina, Campos dos Goytacazes - RJ, entre 8:00 horas e 18:00 horas em dia de expediente, de segunda a sexta-feira, mediante prévio comunicado pela contratada.

### 5.0 - DA MODALIDADE E CRITÉRIO PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS



PREFEITURA DE  
**CAMPOS**  
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 102
Processo nº	Rup
Rubrica:	Fls. 24



Será adotado como critério de julgamento das propostas **O MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo a empresa licitante vencedora aquela que ofertar o menor preço entre os apresentados na sessão de julgamento das propostas.



## 6.0 – PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS

O prazo da entrega dos itens pela contratada será iniciado a partir da data de assinatura do contrato da ordem de fornecimento, assinada por servidor responsável, onde a empresa contratada terá o prazo de 30 (dias) para efetuar a completa entrega do item solicitado em seu quantitativo.

A empresa contratada que não cumprir com os prazos ou especificações previstas neste Termo de Referência, facultado à Administração a aplicação das sanções administrativas pertinentes previstas na lei nº 8666/93 e legislações correlatas.

## 7.0 – DOS CRITÉRIOS PARA RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

Observado o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o recebimento do objeto desta contratação, cabe ao fiscal designado para averiguação do referido contrato. Estes servidores encarregados pelo recebimento dos produtos devem realizar rigorosamente a conferência entre os produtos entregues e a descrição dos mesmos na Ordem de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE, podendo ser realizado da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações descritas neste Termo de Referência, ou quando se verificarem danos ou imperfeições que impeçam a utilização ideal dos produtos, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas.

O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- I – Material acondicionado e identificado de acordo com a Especificação Técnica descrita neste Termo de Referência;
- II – Quantidades em conformidade com o estabelecido na Ordem de Fornecimento;
- III – Entregar no prazo, local e horários definidos neste Termo de Referência.





## 8.0 – CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O licitante, antes da apresentação de sua Proposta Comercial deverá tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações que assumirá se contratado, pois não lhe será admitido alegar posteriormente, o desconhecimento de informações ou condições locais para justificar atrasos ou inexecução de obrigações contratuais.



## 9.0 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO

O levantamento das especificações técnicas e quantitativos necessários, que fazem parte do objeto deste instrumento, foi identificado mediante a análise da necessidade urgente de disponibilização, para atender às demandas de recursos computacionais.

Para que haja a disponibilização e implementação conjunto completo computacional, que permita um funcionamento mínimo adequado para desenvolvimento das atividades administrativa, faz-se necessária a aquisição dos itens com as especificações constantes a seguir:

9.1 - O Proponente deverá, OBRIGATORIAMENTE, apresentar prospecto, folder ou datasheet do produto a ser ofertado em sua proposta, juntamente com a mesma, fornecido dentro do envelope entregue, que contenham as características técnicas do produto em questão.

9.2 - A proposta deverá conter, OBRIGATORIAMENTE, o modelo e marca do produto a ser ofertado.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
01 Item exclusivo (Art. 48, I, LC nº 123/06)	Monitor de vídeo com tecnologia de tela de LED wide, tamanho de 21 polegadas ou superior, mínimo de 1 conexão HDMI, resolução nativa de 1920 x 1080 dpi, fonte com ajuste de alimentação de tensão de 110/240v automático, frequência de 60Hz ou superior, tempo de resposta de até 8 ms e garantia do fabricante de, no mínimo, 12 meses.	Unid.	50
02 Item exclusivo (Art. 48, I, LC nº 123/06)	Monitor de vídeo Full HD com as seguintes características: Tela mínima de 27 polegadas; Entradas com conexões HDMI / VGA ou Display Port; resolução de tela suportada de 1920x1080 e 75Hz ou superior; tempo de resposta de 4ms ou superior; proporção de imagem de 16:9; tensão de alimentação de entrada suportada de 110 a 240v automática; suporte de ângulo de visão de 170° ou superior; tela LCD com tecnologia IPS; densidade de pixels de, no mínimo, 80 ppi; consumo máximo de energia ligado de 16W; entrada de áudio para PC e saída de áudio para	Unid.	20



	fone de ouvido; mínimo de dois autofalantes internos; recurso antirreflexo e modo LowBlue; Plug and Play para Sistemas Operacionais Windows 7/10/11/Vista e Server; Garantia do fabricante de, no mínimo, 12 meses.		
--	---	--	--

## 10.0 - DA NATUREZA DO OBJETO

O bem ou serviço que constitui o objeto deste Termo de Referência enquadra-se no conceito de bens e serviços comuns, nos termos da Lei 10.520/02, onde os requisitos técnicos são suficientes para determinar o conjunto da solução escolhida, constatando-se, ainda, que a solução é fornecida por mais de uma empresa no mercado.

## 11 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As LICITANTES deverão apresentar um ou mais atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado (com reconhecimento de firma), comprovando já ter fornecido, de maneira satisfatória, serviços ou equipamentos semelhantes ao objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou o (s) serviço (s); Data da emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

## 12.0 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

Além das obrigações já definidas neste Termo de Referência, a empresa que vier a ser contratada, deverá seguir outras obrigações de caráter geral:

- A CONTRATADA responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990);
- Efetuar a entrega dos produtos de acordo com a necessidade e o interesse no âmbito da Secretaria, no prazo e locais estabelecidos neste Termo de Referência;
- Os produtos deverão ser entregues livres de toda e qualquer despesa pertinente de frete, carga, descarga, ensaios, testes, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para perfeita execução do objeto deste instrumento, caso se faça necessário, cabendo à CONTRATADA, arcar com todos os custos inerentes aos mesmos;
- Caso o produto venha a apresentar vícios durante sua validade, A CONTRATADA será responsável por substituir, reparar ou corrigir, às suas





expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

- A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente por quaisquer danos, prejuízos ou acidentes que, em virtude de seu fornecimento vier a ser causado ao Município, incluindo-se danos causados a terceiros, obrigando-se a garantir a qualidade do produto a ser entregue, bem como da qualidade e segurança dos usuários;
- A CONTRATADA obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado na execução do fornecimento, a legislação pertinente, especialmente as obrigações da Legislação Trabalhista, que lhe tocam por inteiro, com as quais arcará e pelas quais responderá.
- Manter, durante o prazo de validade do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Caso haja necessidade de alteração no período de entrega, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente informará à CONTRATADA, com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência;
- A entrega do produto será executada com Nota Fiscal em 03 (três) vias, assinadas pelo fornecedor e pelo funcionário responsável pelo recebimento dos produtos.
- A CONTRATADA deverá atender fielmente aos quantitativos e especificações de que trata a proposta apresentada pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente, assim como obedecer rigorosamente o prazo e locais de entrega, sob pena do não recebimento e até mesmo o cancelamento do contrato.

### 13.0 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas cláusulas do futuro Contrato;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
- Comunicar à CONTRATADA quaisquer ocorrências para que procedam aos reparos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do contrato.
- Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do fornecimento e as cláusulas contratuais deste instrumento, nos termos da Lei nº 8.666/93;
- Indicar os locais e horários em que deverá ser realizada a entrega dos produtos;
- A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



PREFEITURA DE  
**CAMPOS**  
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente

Comissão Permanente	Fis. 106
Rubrica:	106



#### 14.0- CONSIDERAÇÕES GERAIS:

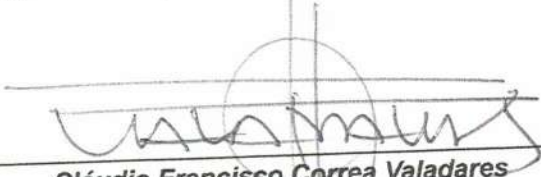
A CONTRATADA deverá conhecer todo o Termo de Referência disposto acima, para evitar o descumprimento e/ou inexecução de obrigações contratuais alegando desconhecimento de informações.



#### 15.0 - DISPOSIÇÕES FINAIS

As normas disciplinadoras deste Termo serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança.

Campos dos Goytacazes, 22 de agosto de 2022.

  
**Cláudio Francisco Corrêa Valadares**

Secretário Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente

Cláudio Francisco Corrêa Valadares  
Secretário de Planejamento Urbano  
Mobilidade e Meio Ambiente  
Matrícula: 40329